

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 28 de fevereiro de 2014, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 04 de abril de 2014

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 28 de Fevereiro de 2014 (Em milhares de reais)					
Ativo	Nota Explicativa	2014		2013	
		2014	2013	2014	2013
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.525	17.512		
Títulos e valores mobiliários	4	6.163	8.139		
Contas a receber de clientes		10.044	–		
Partes relacionadas	5	3	354		
Outros créditos		889	380		
Total do ativo circulante		<u>35.624</u>	<u>26.385</u>		
<b>Não Circulante</b>					
Outros créditos		50	1.809		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		605	–		
		655	1.809		
Imobilizado	6	10.791	11.067		
Intangível		6	8		
Total do ativo não circulante		<u>11.452</u>	<u>12.884</u>		
<b>Total do Ativo</b>		<u>47.076</u>	<u>39.269</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DOS RECURSOS CAPITALIZÁVEIS para o Exercício Findo em 28 de Fevereiro de 2014 (Em milhares de reais)					
	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Total
<b>Saldos em 29 de Fevereiro de 2012</b>	<b>67.480</b>	<b>(27.472)</b>	<b>40.008</b>	<b>–</b>	<b>40.008</b>
Resultado abrangente total do exercício	–	(4.752)	(4.752)	–	(4.752)
<b>Saldos em 28 de Fevereiro de 2013</b>	<b>67.480</b>	<b>(32.224)</b>	<b>35.256</b>	<b>–</b>	<b>35.256</b>
Resultado abrangente total do exercício	–	2.373	2.373	–	2.373
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	44	44
<b>Saldos em 28 de Fevereiro de 2014</b>	<b>67.480</b>	<b>(29.851)</b>	<b>37.629</b>	<b>44</b>	<b>37.673</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para o Exercício Findo em 28 de Fevereiro de 2014 (Valores expressos em milhares de reais)					
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Camargo Corrêa Infraestrutura S.A. foi constituída em 3 de setembro de 2009, tendo por objetivos principais: (i) exploração dos serviços de planejamento e a execução de projetos e obras de construção pesada, construção e engenharia civil, inclusive de terraplenagem, sob regime de empreitada, administração e outros; (ii) serviços públicos mediante concessão; (iii) serviços de transporte e de apoio aquaviário; (iv) serviço de operação portuária; (v) instalações técnicas de engenharia civil; (vi) montagens industriais, consultoria, planejamento, assessoria e estudos técnicos; (vii) representação; (viii) importação e exportação; (ix) locação, compra e venda de equipamentos e transporte; (x) a exploração da indústria naval, visando elaboração de projetos, construção, reparos, manutenção e modernização de embarcações, incluindo plataformas marítimas para prospecção, produção e armazenagem de petróleo e gás; e (xi) demais atividades relacionadas aos objetivos mencionados anteriormente.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil abrangendo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

**3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas adotadas foram as seguintes:

**3.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários**

Caixa e equivalentes de caixa consistem em aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

Os títulos e valores mobiliários são representados por aplicações em fundo de renda fixa, fundos exclusivos e debêntures, sendo classificados em: (a) mantidos para negociação ou (b) empréstimos e recebíveis. Os títulos classificados como mantidos para negociação são avaliados ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado, e os empréstimos e recebíveis estão mensurados pelo custo amortizado.

**3.2. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

São registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos, ajustadas a valor presente, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação dos saldos com risco de realização e negociações em andamento por cliente.

**3.3. Imobilizado**

Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. As depreciações são reconhecidas com base na vida útil de cada ativo pelo método linear ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. Os ativos com base na vida útil linear possuem as seguintes taxas anuais: imóveis - 4%; veículos, equipamentos de informática e outros - 10% a 20%; móveis e utensílios - 10%; e benfeitorias em imóveis de terceiros, conforme os prazos contratuais. A vida útil dos ativos imobilizados é avaliada anualmente. A Companhia deprecia máquinas e equipamentos com base nas horas efetivamente utilizadas. Tal procedimento reflete o padrão de aproveitamento dos benefícios econômicos esperados.

**3.4. Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado do exercício.

A classificação dos ativos é determinada no reconhecimento inicial, sendo classificados como "ativos financeiros por meio do resultado", demonstrados ao valor justo tendo quaisquer ganho ou perda reconhecidos no resultado, e "empréstimos e recebíveis".

Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros", mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

**3.5. Contratos de prestação de serviço de construção e contratos onerosos**

A receita de prestação de serviço é apurada e reconhecida em virtude da evolução de cada obra. A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja praticamente certo que resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. A receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato de acordo com o percentual de conclusão de cada um dos projetos.

Os custos de cada contrato são reconhecidos como resultado no período em que são incorridos, a menos que determinem um ativo relacionado à atividade de contrato futuro. Quando o resultado de um contrato de prestação de serviço de construção não pode ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos desde que sua recuperação seja provável.

Se for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato (caracterizando um contrato oneroso) a perda referente ao excedente entre a receita contratada e o custo total estimado é reconhecida imediatamente no resultado do exercício na rubrica "custo dos serviços prestados" e passivo registrado na rubrica de "Fornecedores".

Os montantes faturados ou a faturar registrados com base no serviço executado por obra, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como um ativo, na rubrica "Contas a receber de clientes".

**3.6. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis**

No fim de cada exercício, a Companhia revisa seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram perda por redução de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de identificar a necessidade de provisão para perda. Quando não é possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida e/ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável determinando pelo maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido a seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

**3.7. Imposto de renda e contribuição social****3.7.1. Impostos correntes**

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de incluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

**3.7.2. Impostos diferidos**

São reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros proporcionarão a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se estima recuperar.

Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, prevista na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

**3.8. Uso de estimativas e julgamento**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPCs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente a vida útil do ativo imobilizado.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. O impacto de tais revisões é reconhecido no exercício em que são efetuadas.

**3.9. Consórcios**

De acordo com o CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto as participações em consórcios são classificadas como operação em conjunto e consequentemente têm seus ativos, passivos, receitas e despesas reconhecidas linha a linha nas contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, na proporção do percentual de participação em cada consórcio.

**3.10. IFRSs - Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas pelo CPC**

A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e interpretações e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

O CPC ainda não havia editado determinados pronunciamentos que estavam ou estariam em vigor em ou após 31 de dezembro de 2013. Entretanto, em decorrência do compromisso de o CPC manter atualizado o conjunto de normas emitidas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e/ou alterações emitidos pelo IASB sejam aprovados para sua aplicação obrigatória.

**(i) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013:**

CPC	IFRS/IAS	Descrição
IAS 1		Modificações à norma - Apresentação dos Itens de Outros Resultados Abrangentes
IFRS 7		Modificações à norma - Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros
CPC 33 (R1)	IAS 19	Benefícios a Empregados
CPC 35 (R2)	IAS 27	Revisada em 2011) Demonstrações Financeiras Separadas
CPC 18 (R2)	IAS 28	Revisada em 2011) Investimentos em Coligadas e "Joint Ventures"
CPC 36 (R3)	IFRS 10	Demonstrações Consolidadas
CPC 45	IFRS 12	Divulgação de Participações em Outras Entidades
(ii) Normas e interpretações novas		
IAS 32		Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (a)
IFRS 9		Instrumentos Financeiros (b)
		Modificações à IFRS 9 e IFRS 7 Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (b)

(a) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

(b) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Caixa e equivalentes de caixa:	Caixa e equivalentes de caixa		Títulos e valores mobiliários	
	2014	2013	2014	2013
Caixa e bancos	459	270		
Fundos exclusivos	18.066	17.242	6.163	8.139
Total	<u>18.525</u>	<u>17.512</u>	<u>6.163</u>	<u>8.139</u>

**5. PARTES RELACIONADAS**

	Ativo circulante		Passivo circulante	
	2014	2013	2014	2013
Reembolso de custos	3	354		
Contas a pagar	–	–	1.604	344
			<b>Despesa</b>	<b>2013</b>
			(128)	(95)

Serviços administrativos

**6. IMOBILIZADO**

	2014		2013	
	Custo	Depreciação acumulada	Custo residual	Custo residual
Máquinas e equipamentos	20.187	(12.148)	8.039	7.926
Veículos	11.267	(8.544)	2.723	3.119
Equipamentos de informática e outros	23	(12)	11	21
Imobilizado em andamento	18	–	18	1
Total	<u>31.495</u>	<u>(20.704)</u>	<u>10.791</u>	<u>11.067</u>

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

Saldo final em 29 de fevereiro de 2012		13.757
Baixas		(471)
Depreciação		(2.219)
Saldo final em 28 de fevereiro de 2013		11.067
Adições		445
Baixas		(10)
Depreciação		(711)
Saldo final em 28 de fevereiro de 2014		<u>10.791</u>

**7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Refere-se substancialmente a arrendamento mercantil com vencimento final em 2015, com encargos de 118% do CDI, e estão garantidos pela parte relacionada Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.

**8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS**

Conciliação do imposto de renda e contribuição social apresentado no resultado do exercício:

	2014	2013
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	2.410	(4.714)
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas nominais	(820)	1.603

Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos:

Exclusão de provisões não dedutíveis em anos anteriores sobre as quais não foram diferidos impostos

Compensação (apuração) de prejuízos fiscais e base negativa para os quais não foram diferidos impostos

Outros

Despesa com imposto de renda - corrente

Crédito com imposto de renda - diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentados no balanço patrimonial são compostos substancialmente por provisões para serviços de terceiros.

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que, dentre outras matérias: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando a incidência de tributos sobre os ajustes decorrentes da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais (IFRS); e (ii) dispõe sobre a tributação de residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas. A Sociedade analisou os potenciais efeitos da MP 627/13 e aguarda a sua conversão em lei para conclusão dos impactos, visto que à luz da atual redação da MP 627/13, em análise inicial estes não são relevantes.

**9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O capital social em 28 de fevereiro de 2014 e 2013 é de R\$67.480, representado por 10.679.627 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

**10. RECEITAS**

A seguir está demonstrada a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações do resultado do exercício:

	2014	2013
Receita bruta:		
Prestação de serviços - nacionais	13.542	
Abatimentos sobre receitas:		
PIS e COFINS sobre vendas	(495)	
ISS sobre vendas	(677)	
Contribuição previdenciária - INSS (a)	(217)	
	<u>(1.389)</u>	
Total	<u>12.153</u>	

(a) Em 2013 o Governo Federal substituiu a cota patronal da contribuição previdenciária de 20% sobre a remuneração pela tributação de 2% sobre a receita bruta. A nova contribuição é denominada Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), com validade a partir de 1º de janeiro de 2014.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO para o Exercício Findo em 28 de Fevereiro de 2014 (Em milhares de reais)				
	Nota Explicativa	2014	2013	
<b>Receita de Serviços</b>	10	12.153	–	
<b>Custos dos Serviços Prestados</b>	11	(10.338)	–	
<b>Lucro Bruto</b>		1.815	–	
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>				
Gerais e administrativas	11	(1.662)	(9.571)	
Outras receitas operacionais, líquidas	12	304	2.963	
<b>Lucro (Prejuízo) antes do Resultado Financeiro e dos Tributos</b>		457	(6.608)	
<b>Receitas Financeiras</b>		2.137	2.084	
<b>Despesas Financeiras</b>		(184)	(190)	
<b>Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		2.410	(4.714)	
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>				
Correntes	8	(642)	(38)	
Diferidos	8	605	–	
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido</b>		<u>2.373</u>	<u>(4.752)</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE para o Exercício Findo em 28 de Fevereiro de 2014 (Em milhares de reais)				
	2014	2013		
Lucro (prejuízo) do exercício	2.373	(4.752)		
Outros resultados abrangentes	–	–		
Resultado abrangente total do exercício	<u>2.373</u>	<u>(4.752)</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA para o Exercício Findo em 28 de Fevereiro de 2014 (Em milhares de reais)				
	2014	2013		
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	2.410	(4.714)		
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social:				
Depreciações e amortizações	713	2.221		
Juros e encargos provisionados	177	166		
Juros sobre títulos e valores mobiliários	(2.108)	(2.084)		
Baixa de ativo permanente	10	471		
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(10.044)	–		
Partes relacionadas	351	3.679		
Outros ativos	606	(319)		
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	5.264	–		
Salários e férias a pagar	(1.082)	(1.407)		
Impostos e obrigações a pagar	908	(51)		
Outras obrigações	(4)	(1.285)		